

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER LEGISLATIVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE MAIO/2021 A ABRIL/2022														
RGF - ANEXO I (LRF. art. 55, inciso I, alínea "a")														
R\$ 1,00														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	TOTAL	
													(ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	46.252.649,45	35.307.012,63	37.882.114,05	32.604.085,11	34.024.014,61	32.833.888,40	47.219.403,48	41.490.385,80	38.048.847,68	38.665.809,76	38.129.996,02	41.457.739,85	463.915.946,84	
Pessoal Ativo	36.894.187,20	28.042.824,30	30.695.061,48	25.423.487,65	26.589.981,78	25.450.878,45	39.822.699,17	26.921.515,64	29.627.176,27	30.262.640,43	29.822.788,23	31.895.432,49	361.448.673,09	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Varáveis	31.540.425,26	22.823.070,14	22.839.767,12	20.655.226,90	20.880.293,24	20.695.237,84	30.493.948,33	22.055.449,82	24.170.864,86	24.754.476,53	24.306.994,90	26.080.585,13	291.296.340,07	
Obrigações Patronais	5.353.761,94	5.219.754,16	7.855.294,36	4.768.260,75	5.709.688,54	4.755.640,61	9.328.750,84	4.866.065,82	5.456.311,41	5.508.163,90	5.515.793,33	5.814.847,36	70.152.333,02	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.358.462,25	7.264.188,33	7.187.052,57	7.180.597,46	7.434.032,83	7.383.009,95	7.396.704,31	14.568.870,16	8.421.671,41	8.403.169,33	8.307.207,79	9.562.307,36	102.467.273,75	
Aposentadoria, Reserva e Reformas	6.647.769,14	4.578.898,92	4.576.422,60	4.537.737,90	4.817.681,82	4.677.709,86	4.723.123,42	9.247.793,51	5.526.925,39	5.530.949,20	5.503.212,04	5.637.968,68	66.006.192,48	
Pensões	2.710.693,11	2.685.289,41	2.610.629,97	2.642.859,56	2.616.351,01	2.705.300,09	2.673.580,89	5.321.076,65	2.894.746,02	2.872.220,13	2.803.995,75	3.924.338,68	36.461.081,27	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	4.452.863,32	4.034.193,99	9.272.302,69	3.935.572,80	5.082.948,37	3.977.489,14	7.166.357,07	4.635.264,92	4.438.439,96	4.966.129,87	4.383.569,05	5.662.097,99	62.007.229,17	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	246.042,44	148.001,28	206.589,92	110.732,70	289.132,93	147.015,25	99.378,41	190.848,53	67.994,57	584.843,89	477.855,91	438.739,02	3.007.174,85	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	5.227.439,13	-	947.242,90	-	14.546,88	14.546,88	24.169,78	28.994,03	14.523,16	-	6.271.462,76	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.206.820,88	3.886.192,71	3.838.273,64	3.824.840,10	3.846.572,54	3.830.473,89	7.052.431,78	4.429.869,51	4.346.275,61	4.352.291,95	3.891.189,98	5.223.358,97	52.728.591,56	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	41.799.786,13	31.272.818,64	28.609.811,36	28.668.512,31	28.941.066,24	28.856.399,26	40.053.046,41	36.855.120,88	33.610.407,72	33.699.679,89	33.746.426,97	35.795.641,86	401.908.717,67	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													33.005.985.031,80	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)													6.851.171,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)													1.023.389,00	
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													32.998.110.471,80	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)													401.908.717,67	1,218%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													475.172.790,79	1,440%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 * IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													451.414.151,25	1,368%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 * IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)													427.655.511,71	1,296%
FONTE: Sistema e-fisco/2022 - Dados definitivos														
UNIDADE RESPONSÁVEL: Departamento de Contabilidade (DCO)														
DATA DA EMISSÃO: 20/05/2022														
HORA DA EMISSÃO: 10:00h														
NOTAS EXPLICATIVAS:														
NOTA 1: As rubricas de Pessoal Ativo, Pessoal Inativo e Despesas Não computadas são compostas pelas seguintes contas:														
Pessoal Ativo: Salários e Vencimentos - Pessoal Civil, Abono de Permanência, Gratificação por exercício de Cargos, 13º salário, Abono de Férias, Ajuda de Custo, Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) - Pessoal Civil, Encargos Patronais ao RPPS, Contribuição Patronal ao INSS, Juros sobre obrigações patronais, Encargos Patronais - Previdência Complementar e outros órgãos de Previdência, Indenizações Trabalhistas.														
Pessoal Inativo: Despesas com Aposentados, Despesas com Pensionistas, Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) - Aposentados e Pensionistas.														
Despesas Não Computadas: Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), Indenizações Trabalhistas, Contribuições de servidores Ativos e Inativos ao RPPS, Contribuição Patronal ao RPPS.														
* RPPS = Regime Próprio de Previdência Social														
* INSS = Instituto Nacional de Seguro Social														
NOTA 2: A Procuradoria Geral da ALEPE dispõe que a função de auxiliar de escritório objeto de contrato de terceirização não substitui as atividades do cargo de agente legislativo por terem escolaridade e atividades diversas, não devendo, portanto, ser computada como "Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização".														
NOTA 3: A partir do RGF do 2º Quadrimestre de 2021, a Dotação Orçamentária Específica (DOE) passou a não ser mais deduzida da Despesa Bruta com Pessoal, na parte de Despesas Não Computadas – Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados. Tal procedimento foi adotado em com conformidade com a Lei Complementar nº 178/2021, Art.16, a qual altera a LC nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) em seu Art.19, §3º.														
NOTA 4: Em conformidade aos Acórdãos TCE-PE nº 0355/18, 42/2020 e 1553/2021, a ALEPE procedeu à exclusão da licença prêmio e ao cômputo dos abonos de permanência e do terço constitucional de férias na apuração da Despesa com Pessoal, a partir dos RGFs correspondentes.														